



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZÊTA**

Praça João de Góis, 167 - CEP 59375-000 Fone: (084) 473 2210  
CNPJ 08.106.510/0001-50

**LEI Nº 761 DE 23 DE AGOSTO DE 2000**

**Cria o Conselho de Alimentação  
Escolar e dá outras providências**

**O PREFEITO MUNICIPAL DE CRUZETA**

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte

Lei:

**CAPITULO I – DA FINALIDADE**

Art. 1º - Fica criado o Conselho de Alimentação Escolar com a finalidade de assessorar o Governo Municipal na execução do programa de assistência e educação alimentar junto aos estabelecimentos de educação pré-escolar e de ensino fundamental mantidos pelo Município, por entidades filantrópicas, e de escolas de rede estadual delegadas ao Governo Municipal, motivando a participação de órgãos públicos e da comunidade na consecução de seus objetivos, competindo-lhe especificamente:

I – fiscalizar e controlar a aplicação dos recursos destinados à merenda escolar, verificando se os recursos estão sendo destinados à aquisição de gêneros alimentícios;

II – promover a elaboração dos cardápios dos programas de alimentação escolar, respeitando os hábitos alimentares do Município, sua vocação agrícola, dando preferência aos produtos *in natura*, obedecendo as necessidades diárias de calorias e proteínas dos alunos beneficiados;

III – orientar a aquisição de insumos para os programas de alimentação escolar, dando prioridade aos produtos da região, objetivando a redução de custos, zelando pela qualidade dos produtos, em todos os níveis desde a aquisição até a distribuição, observando sempre as boas práticas higiênicas e sanitárias;

IV – comunicar ao órgão de educação da Prefeitura a existência de gêneros alimentícios vencidos e/ou furtados pra que sejam tomadas as devidas providências;

V – sugerir medidas aos órgãos dos Poderes Executivo e Legislativo do Município, nas fases de elaboração e tramitação do Plano Plurianual, da Lei de Diretrizes Orçamentarias e do orçamento municipal, visando:

a) as metas a serem alcançadas;

b) a aplicação dos recursos previstos na legislação nacional;

c) o enquadramento das dotações orçamentárias especificadas para alimentação escolar;

VI – propor critérios para o repasse de recursos financeiros diretamente às escolas da rede municipal de ensino, quando for o caso;

VII – propor a abertura de conta-corrente específica para o depósito de recursos financeiros transferidos pelo FNDE destinados à alimentação escolar;

VIII – apresentar ao FNDE relatório de atividade, sempre que solicitado;

IX – articular-se com os órgãos ou serviços governamentais nos âmbitos estadual e federal e com outros órgãos da administração pública ou privada, a fim de obter colaboração ou assistência técnica para a melhoria da alimentação escolar distribuída nas escolas municipais, bem como na área de pesquisa em alimentação e nutrição elaboração de cardápios e aplicação dos recursos financeiros do Programa Nacional de Alimentação Escolar;

X – assessorar a Prefeitura na seleção de fornecedores e de produtos de boa qualidade, observando as normas fixadas pelo FNDE e que obedeçam padrões e normas estabelecidos pelos Ministérios da Saúde e da Agricultura;

XI – fixar critérios para a distribuição da merenda escolar nos estabelecimentos de ensino municipais;

XII – articular-se com as escolas municipais, conjuntamente com os órgãos do Município, motivando-as na criação de hortas, granjas e de pequenos animais de corte, para fins de enriquecimento da alimentação escolar;

XIII – realizar campanhas educativas de esclarecimento sobre alimentação;

XIV – realizar estudos a respeito dos hábitos alimentares locais, levando-os em conta quando da elaboração dos cardápios para a merenda escolar;

XV – exercer fiscalização sobre o armazenamento e a conservação dos alimentos destinados à distribuição nas escolas, assim como a limpeza dos locais de armazenamento;

XVI – assegurar a inspeção dos alimentos nos armazéns e orientar as escolas municipais quando da recepção e armazenagem dos produtos, bem como orientar a coleta de amostras para serem submetidas à análise laboratorial nos casos de alteração das características do produto;

XVII – realizar campanhas sobre higiene e saneamento básico no que respeita aos seus efeitos sobre a alimentação;

XVIII – promover a realização de cursos de culinárias, noções de nutrição, conservação de utensílios e material, junto às escolas municipais;

XIX – levantar dados estatísticos nas escolas e na comunidade com a finalidade de orçar e avaliar o programa no Município;

XX – apreciar e votar em sessão pública o plano de ação do Município quanto à aplicação dos recursos na alimentação escolar, bem como a prestação de contas a ser apresentada à Câmara Municipal;

XXI – divulgar em locais públicos os recursos financeiros da merenda escolar.

Parágrafo Único. A execução das proposições estabelecidas pelo Conselho de Alimentação Escolar ficará a cargo do órgão de educação do Município.

## **CAPÍTULO II – COMPOSIÇÃO DO CONSELHO**

Art. 2º - O Conselho de Alimentação Escolar será composto por 7 (sete) membros que são:

I – 1 (um) representante do Poder Executivo, preferencialmente o dirigente do órgão de educação da Prefeitura que o presidirá;

II – 1 (um) representante do Poder Legislativo;

III – 1 (um) representante do órgão de agricultura da Prefeitura;

IV – 2 (dois) representantes dos professores das escolas municipais;

V – 2 (dois) representantes dos pais de alunos.

§ 1º - A cada membro efetivo corresponderá a um suplente.

§ 2º - A nomeação dos membros efetivos e dos suplentes será feita por decreto do Prefeito para o prazo de 2 (dois) anos, podendo ser renovado.

§ 3º - O Presidente do Conselho permanecerá como tal durante o tempo que durar sua função como dirigente do órgão de educação.

§ 4º - Os representantes referidos neste artigo serão indicados por suas entidades e órgãos para nomeação do Prefeito Municipal.

§ 5º - No caso de ocorrência da vaga, o novo membro designado deverá completar o mandato do substituído.

§ 6º - O Conselho de Alimentação Escolar reunir-se-á, ordinariamente, com presença de pelo menos metade de seus membros, uma vez por mês e extraordinariamente quando convocado pelo seu Presidente, mediante solicitação de pelo menos um terço de seus membros efetivos.

§ 7º - Ficarão extintos o mandato do membro que deixar de comparecer, sem justificção, a 2 (duas) reuniões consecutivas de Conselho ou a 4 (quatro) alternadas.

§ 8º - Declarado extinto o mandato, o Presidente do Conselho oficiará ao Prefeito Municipal para que preceda ao preenchimento da vaga.

Art. 3º - O Vice-Presidente do Conselho será escolhido por seus pares para um mandato de 2 (dois) anos que poderá se renovado.

Art. 4º - O exercício do mandato de Conselheiro será gratuito e constituirá serviço público relevante.

Art. 5º - As decisões do Conselho serão tomadas por maioria simples, cabendo ao Presidente o voto de desempate.

### **CAPÍTULO III – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS**

Art. 6º - A prestação de contas da aplicação dos recursos financeiros relativos ao Programa de Alimentação Escolar será feita diretamente à Câmara Municipal auxiliada pelo Tribunal de Contas do Estado, devendo ser acompanhadas da documentação necessária.

Parágrafo Único. Por força da Medida Provisória nº 1.784-1, de 13/1/99, fica assegurado ao Tribunal de Contas da União e ao Sistema de Controle Interno do Poder Executivo da União o acesso, a qualquer tempo, à documentação comprobatória da execução da despesa, aos registros e demais documentos pertinentes à execução dos programas custeados com os recursos financeiros do FNDE (parágrafo único do art. 3º).

### **CAPÍTULO IV – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

Art. 7º - O Programa de Alimentação Escolar será executado com :

I – recursos próprios do Município consignados no orçamento anual;

II – recursos transferidos pela União e pelo Estado;

III – recursos financeiros ou de produtos doados por entidades particulares instituições estrangeiras ou internacionais.

Parágrafo Único. Os recursos recebidos do FNDE para o Programa de Alimentação Escolar, deverão ser divulgados pelo Conselho em locais públicos.

Art. 8º - A transferência de recursos financeiros objetivando a execução descentralizada do Programa Nacional de Alimentação Escolar é efetivada automaticamente pela Secretaria Executiva do FNDE, sem necessidade de convênio, ajuste, acordo ou contrato, mediante depósito em conta-corrente específica, não se aplicando o disposto no art. 27 da Lei nº 9.692, de 27 de julho de 1998.

§ 1º - Os saques deverão ser efetuados somente para pagamento de despesas decorrentes da aquisição de gêneros alimentícios, mediante cheque nominativo ao credor ou ordem bancária.

§ 2º - O saldo financeiro dos recursos transferidos, quando não utilizados, poderão ser aplicados em caderneta de poupança, se a previsão de seu uso for igual ou superior a um mês.

Art. 9º - O montante dos recursos financeiros a ser repassado será calculado com base no número de alunos devidamente matriculados no ensino pré-escolar e fundamental de responsabilidade do Município, e deverão ser gastos dentro do exercício financeiro.

Art. 10º - Excepcionalmente, a critério do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, poderão ser computados como parte da rede municipal os alunos matriculados em escolas qualificadas como entidades filantrópicas ou por elas mantidas.

Art. 11º - O Conselho de Alimentação Escolar, no âmbito de suas atribuições, deverá formalizar denúncia sobre qualquer irregularidade verificada na execução do programa do FNDE, à Secretaria Federal de Controle do Ministério da Fazenda, ou ao Ministério Público e ao Tribunal de Contas do Estado.

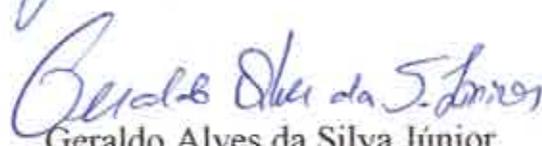
Art. 12º - O Regimento Interno do Conselho será baixado pelo Prefeito Municipal no prazo de 30 (trinta) dias após a entrada em vigência da presente Lei.

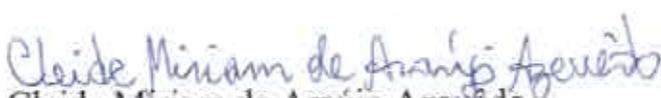
Art. 13º - Fica o Prefeito Municipal autorizado se necessário, a abrir crédito especial no valor de R\$ 1.000,00 (hum mil reais), para atender às despesas decorrentes da aplicação desta Lei.

Art. 14º – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogada a Lei Nº 660, de 28 de novembro de 1994 e demais disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Cruzeta (RN), em 23 de agosto de 2000.

  
Geraldo Alves da Silva  
Prefeito

  
Geraldo Alves da Silva Júnior  
Secretário Mun. de Administração

  
Cleide Miriam de Araújo Azevêdo  
Secretária Mun. de Educação, Cultura e Esporte